

Políticas de Retomada/Revitalização entre os Povos Indígenas do Nordeste

**Prof. Paulo de Tássio Borges da Silva
IHAC-PPGER- UFSB/PROPED-UERJ**



No Nordeste, contudo, os “índios” eram sertanejos pobres e sem acesso à terra, bem como desprovidos de forte contrastividade cultural. Em uma área de colonização antiga, com as formas econômicas e a malha fundiária definidas há mais de dois séculos, o órgão indigenista atuava apenas de maneira esporádica, respondendo tão-somente às demandas mais incisivas que recebia. Mesmo nessas poucas e pontuais intervenções, o órgão indigenista tinha de justificar para si mesmo e para os poderes estaduais que o objeto de sua atuação era efetivamente composto por “índios”, e não por meros “remanescentes” (OLIVEIRA, 1998, p. 52-53).

“Acerca das línguas indígenas, a região do Nordeste brasileiro teve uma drástica redução de línguas, levando alguns povos à marginalização identitária por conta da chamada “perda” da língua. Excluindo as línguas indígenas faladas no estado do Maranhão, no Nordeste brasileiro, os estudos linguísticos (RODRIGUES, 2005) apontaram durante muito tempo somente o Povo Fulniô, do Sertão pernambucano, falante da língua *Yatê*, com certa funcionalidade no uso da língua indígena” (SILVA, 2019, p. 70).

“No caso de índios do Nordeste, a tradição científica de tomar a “língua” como um dos elementos para a identificação de grupos étnicos conduziu e ainda conduz a premissas redutoras ou mesmo equivocadas, no que diz respeito à relação língua, cultura e identidade étnica [...] Assim, falam-se em língua natural, língua morta, língua materna, nomeiam-se e quantificam-se a língua, como se a língua fosse um organismo vivo, e conseqüentemente apagando-se o seu caráter de construto teórico/discursivo ideológico, situado no campo social e histórico, portanto dinâmico e mutável por excelência [...] O instrumental teórico da linguística e sociolinguística, com poucas exceções, contribuem para afirmar um conceito de língua (e seus correlatos, mono/bilinguismo, dialeto, norma) essencialista, metafísico, numa concepção positivista/naturalista” (CESAR, 2014, p. 160, 161, 162).

“Observa-se que nos últimos anos na região Nordeste, um movimento denominado de “retomada linguística” por parte de etnias que em seus fluxos culturais foram obrigados a deixarem de falar as suas línguas. A retomada linguística consiste na recuperação de línguas tidas como “perdidas” por acadêmicos e sociedade majoritária, onde etnias apoiadas ou não por linguistas, desencadeiam a construção de gramáticas e vocabulários, inserindo esses materiais produzidos no âmbito da escola indígena” (SILVA, 2019, p. 71).

“[...] há um movimento, principalmente no Nordeste brasileiro, de povos antes identificados como ‘sem-língua’, ou ‘monolíngues em português’ para retomar, nomear, “inteirar” as suas línguas chamadas por eles próprios de “ancestrais”. Muitos desses povos, cujas línguas étnicas são dadas como ‘mortas’ ou em situação de vulnerabilidade, estão envolvidos em processos de pesquisa, documentação e gramaticalização dos seus repertórios linguísticos atualizados no uso cotidiano pelos seus “mais velhos” ou em documentos escritos no sentido de (re) afirmar uma identidade linguística própria como falantes das suas línguas originárias” (CESAR; MAHER, 2018, p. 1303).

“As políticas de revitalização das línguas indígenas não cabem em classificações herméticas e pré-estabelecidas, estando os Povos Indígenas a deslocar concepções fixas do que é língua, língua materna e língua extinta” (SILVA, 2019, p. 73)

“Ao se analisar as Políticas de Revitalização das Línguas Indígenas que têm se dado, sobretudo na região Nordeste, faz-se necessário refletir os processos de colonialidade presentes nos estudos linguísticos, percebendo quais barreiras impedem que não se enxergue como legítimos esses movimentos de retomada/revitalização linguística” (SILVA, 2019, p. 74).

“Se ainda não temos termos e conceitos para definir com, mais rigor e fidelidade, a complexa rede ‘linguística’ dos povos indígenas e, por isso mesmo, ainda nos servimos das noções de língua e variedade, língua materna, língua indígena e língua portuguesa, com ou sem ressalvas, é preciso, no entanto, atentar para os discursos indígenas que estão sendo gestados em relação aos seus repertórios verbais em diferentes espaços sociais e, em um esforço intercultural, refletir criticamente sobre essa (meta) linguagem. Ela já não serve mais porque, implicada com a colonialidade do saber/poder, dificulta a construção em conjunto de outras formas de falar as ‘línguas’ que sejam menos assimétricas” (CESAR; MAHER, 2018, p. 1304).

“As experiências dos Povos Indígenas podem contribuir na descolonização dos estudos linguísticos, desconstruindo normatizações e metanarrativas glotofágicas, que tanto têm servido para expropriação de territórios e silenciamentos de grupos étnicos. Para tanto, a tarefa de descolonização dos estudos linguísticos em línguas indígenas passa pelo rompimento de estereótipos calcados na imagem de um “índio hiper-real” e do *fetice* da língua materna intocável a ser registrada e dicionarizada” (SILVA, 2019, p. 73).

POVOS INDÍGENAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO NORDESTE BRASILEIRO

[...] falar de políticas linguísticas no contexto dos povos indígenas no Brasil de hoje significa discutir políticas de identidade, projetos políticos de auto-afirmação e educação intercultural e multilíngue em contexto minoritarizado. Significa discutir também a colonialidade do saber/poder que silencia, inviabiliza e desprestigia as diversas formas de estar/estar/pensar/falar das populações periféricas. (CESAR; MAHER, 2018, p. 1301)



ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO NORDESTE BRASILEIRO

- O Povo Tupinambá de Olivença na Bahia – Língua Tupi – Variação Tupinambá;
- O Povo Tingüi-Botó em Alagoas – Língua Dzubukuá;
- O Povo Kariri-Xocó em Alagoas – Língua Dzubukuá;
- O Povo Potiguara na Paraíba – Língua Tupi;
- O Povo Tupinambá – Língua Tupi;
- O Povo Pataxó na Bahia- Língua Patxôhã.

Os Kariri-Xocó em Porto Real do Colégio-AL

“O Povo Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio vive à beira do Rio São Francisco. Segundo Mota (2007) e Mata (1989), o Povo Kariri-Xocó se originou a partir de uma hibridização étnica entre os Kariri de Porto Real do Colégio- AL e os Xocó da Ilha de São Pedro- SE há mais de um século. Segundo os dados da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) de 2014, a população Kariri-Xocó em Porto Real do Colégio é de 1.905 pessoas, numa área de 699,35 hectares às margens do Rio São Francisco” (SILVA, 2019, p. 65).

Atualmente a língua *Dzubukuá*, encontra-se em processo de retomada/revitalização entre o Povo Kariri-Xocó em Porto Real do Colégio.

CALENDÁRIO INDÍGENA KARIRI-XOCÓ ORDEM DO ANO GREGORIANO (LUNAR)	DIAS DA SEMANA NA LÍNGUA KARIRI-XOCÓ: Tradução/Abreviatura	CALENDÁRIO INDÍGENA NA ORDEM DO ANO NATIVO: O ano novo nativo começa no mês de Junho.
TUÁDARA = (Janeiro) Lua das Trovoadas		WIDANA = Junho (1ª Lua Cheia) Lua da chegada das chuvas
PIRACEMA = (Fevereiro) Lua da reprodução dos peixes	Segunda-feira (Wachany) (WAC)	AYMODOÁ = Julho (2ª Lua Cheia) Lua da Colheita
YGUI = (Março) Lua do preparo da terra	Terça-feira (Wachanidikie) (WAD)	AYMOKAWI = Agosto (3ª Lua Cheia) Lua fria do enxugamento da terra
YÇANAJU = (Abril) Lua que as formigas aparecem	Quarta-feira (Sumará Orobæ) (SUM)	KUARACYMÔ = Setembro (4ª Lua Cheia) Lua que o Sol vêm
GIBÓYA = (Maio) Lua escura quando chegam as cobras mudanças	Quinta-feira (Mybihe Misã) (MYB)	JACYOTY = Outubro (5ª Lua Cheia) Lua da Floração
WIDANA = (Junho) Lua da chegada das chuvas	Sexta-feira (Myrepri Bubyhé) (BUB)	YGAÇABA = Novembro (6ª Lua Cheia) Lua da cerâmica
AYMODOÁ = (Julho) Lua da Colheita	Sábado (Myrepri wachany) (MYU)	AYMOA = Dezembro (7ª Lua Cheia) Lua da Enchente
AYMOKAWI = (Agosto) Lua fria do enxugamento da terra	Domingo (Macribæ bihé) (MAC)	TUÁDARA = Janeiro (8ª Lua Cheia) Lua das Trovoadas
KUARACYMÔ = (Setembro) Lua que o Sol vêm		PIRACEMA = Fevereiro (9ª Lua Cheia) Lua da reprodução dos peixes
JACYOTY = (Outubro) Lua da Floração		YGUI = Março (10ª Lua Cheia) Lua do preparo da terra
YGAÇABA = (Novembro) Lua da cerâmica		YÇANAJU = Abril (11ª Lua Cheia) Lua que as formigas aparecem
AYMOA = (Dezembro) Lua da Enchente		GIBÓYA = Maio (12ª Lua Cheia) Lua escura quando chegam as cobras mudanças

“A construção de um calendário com palavras *Dzubukuá* revela o esforço do Povo Kariri-Xocó na efetivação de Políticas Linguísticas de Revitalização. Vale ressaltar, que o uso do calendário se dá em diferentes espaços da comunidade (escolas, casas, igrejas, comércios), ampliando o alcance dos processos de revitalização do *Dzubukuá*” (SILVA, 2019, 67).

Os Tingüi-Botó em Olho D'água - AL

“O Povo Tingüi-Botó está localizado na região agreste do Estado de Alagoas, no distrito de Olho D'água, município de Feira Grande, região para onde a indígena Maria Colodina, proveniente do que é hoje o município de Porto Real do Colégio-AL, território Kariri, teria ido após se casar com um não indígena nos finais do século XIX. Foi “anos depois, com a vinda de José Botó, pertencente à ‘tradicional família Botó dos Kariri aldeados em Porto Real do Colégio’ (NUNES, 2000, p.279), para Olho d'Água do Meio [que] iniciou-se a formação do grupo indígena Tingüi-Botó” (FERREIRA, 2016, p. 51)” (SILVA, 2019, p. 68).

“Até o início da década de 1980 os Tingüi-Botó eram considerados como caboclos, obtendo o reconhecimento étnico pela FUNAI em 1983. De acordo com os dados da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) de 2014, a população Tingüi-Botó era de 396 pessoas num território de 121,1 hectares. O Povo Tingüi-Botó tem como prática ritualística o *Ouricuri*, comum a outros povos indígenas do Nordeste brasileiro, como Kariri, Kariri-Xocó, Fulniô, entre outros, no qual a funcionalidade da língua indígena é essencial na construção do ritual” (SILVA, 2019, p. 68).

Os Potiguara na Paraíba

“Dados da Secretaria da Saúde Indígena (SESAI) de 2014 revelam que a população do Povo Potiguara é estimada em 18.445 pessoas, espalhadas entre as trinta e duas aldeias dos três Territórios Indígenas: Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara Monte-Mor. Segundo Simas (2013), a economia potiguara tem sido direcionada em atividades de pesca, agricultura de subsistência, produção de artesanatos, extrativismo vegetal e coleta de frutas” (SILVA, 2019, p. 69).

“No que concerne à política de revitalização linguística, essa foi instituída a partir do movimento chamado de Retomada da língua Tupi, que se iniciou em 2000, quando o Povo Potiguara demandou à Secretaria de Educação Escolar Indígena da Paraíba a formação de professores na língua Tupi” (SILVA, 2019, p. 69-70).

Os Potiguara de Mendonça- RN

Vem realizando a retomada do Tupi antigo desde 2013.

AUTORIA

ESCOLA MUNICIPAL PROFª ALICE SOARES
AMARELÃO, JOÃO CÂMARA, RN

TURMA DE EJA: IV PERÍODO (6ª e 7ª ANO)

PROF. Diego Oliveira De Andrade (AKANGUASU)

Aline Barbosa Ferreira, Aline Cristina Barbosa
do Aline Barbosa Ferreira Nascimento, Amanda
Barbosa, Andreza Firmino de Oliveira,
Auricélia da Silva Barbosa, Camila de Melo
Tavares, Cícero dos Santos Nascimento, Cícero
Ferreira do Nascimento, Damiana Barbosa,
Damião Silva do Nascimento, Deysson
Veríssimo Gabriel, Edilene Barbosa da Costa,
Elenilda Praxedes da Silva, Felipe Barbosa da
Silva Nascimento, Francisca Barbosa de Góis,
Francisca Gilmar de Góis Soares, Francisca
Juliana dos Santos Henrique, Francisca Samara
Barbosa de Souza, Francisca Suêria de Góis,
Francisco Barbosa do Nascimento, Francisco do
Nascimento Barbosa, Francisco Iranilton Melo
Rosaves, Francisco Júlio dos Santos Henrique,
Gabriel Barbosa da Silva, Genilza Barbosa da
Silva, Geovane Barbosa do Nascimento, Gilvan
Barbosa do Nascimento, Izabela Talz
Nascimento da Silva, Joadarque dos Santos,
Joelma Silva de Oliveira, José Anderson dos
Santos Henrique, Josenildo Barbosa da Silva,
Joyce Mikaelly Costa Silva

"Meu avô costumava dizer que o tempo que nós
vivemos é o melhor tempo. Se o tempo atual não
fosse bom, não se chamaria presente. Nós não
somos nem do passado e muito menos do futuro,
somos sempre presente".

Daniel Munduruku

Financiamento

Apoio

PROEX
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

UERN
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CE
CENTRO DE EDUCAÇÃO

MIKÛATIAMIIRĨ



Pequeno livro sobre saberes linguísticos
do povo Mendonça Potiguara

São muito louváveis as iniciativas que
surgem em várias partes do Brasil de se
resgatar a antiga língua dos indígenas da
costa do país, os primeiros que tomaram
contato, no século XVI, com os
colonizadores portugueses.

Numa época em que as línguas indígenas
vivas perdem falantes, dia após dia,
numa conjuntura histórica muito difícil
para as culturas minoritárias, que se
enfraquecem cada vez mais no mundo
globalizado, a busca pelo fortalecimento
de uma identidade cultural por meio do
resgate de uma língua ancestral renova
nossa esperança num futuro melhor.

A diversidade cultural é, sem dúvida, um
dos mais belos fatos do mundo, um sinal
de vitalidade e de riqueza da experiência
humana no planeta. Perdê-la significa
empobrecer a humanidade.

Que o empenho da comunidade
Mendonça Potiguara do Rio Grande do
Norte para ressuscitar o Tupi Antigo, a
língua de seus antepassados, seja
coroadado de êxito e que, no futuro, bons
frutos ela possa colher dessa sua bela e
meritória iniciativa.

São Paulo, 16 de outubro de 2020.

Prof. Eduardo Navarro
Professor de Tupi Antigo
Universidade de São Paulo

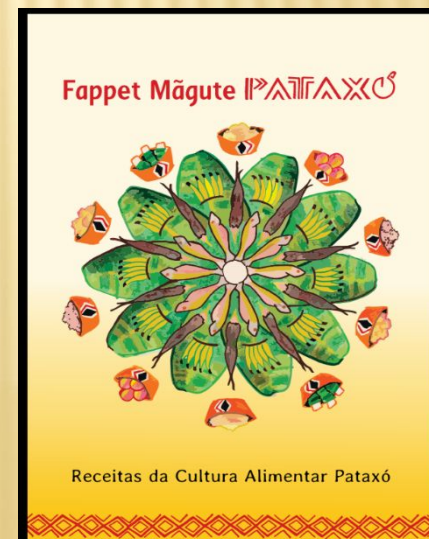
Os Tupinambá de Olivença- BA

O Povo Tupinambá de Olivença está localizado no Sul da Bahia, no que é hoje o município de Ilhéus, região também conhecida como a Costa do Cacau.

“Professora Consuelo Costa coordena o “Projeto Tupinambá” responsável por prestar tal assessoria à comunidade, por meio de grupos de estudo do Tupi Antigo, oficinas de fonética e fonologia aos professores, bem como consultoria à elaboração de material didático. Este projeto reintegra o ensino da língua Tupi nas escolas indígenas, preparando material didático pensado dentro da escola a partir dos professores indígenas e aprimora o conhecimento acerca dos processos fonéticos e fonológicos da língua Tupinambá entre os moradores da comunidade [...] No Projeto Tupinambá nos reunimos quinzenalmente na Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (Escola Sapucaieira) desde 2010, sendo que os professores indígenas que ministram suas aulas nas nucleadas deslocam-se até a escola principal. Nestes encontros na escola Sapucaieira, professores da comunidade, contando com nossa colaboração, discutem e estudam a língua Tupinambá e seus processos de ensino/aprendizagem. Anterior à Assessoria Linguística do Projeto Tupinambá, um Curso de Tupi era ministrado na comunidade pelos professores das escolas. O livro de referência para este estudo era o Curso Moderno de Tupi Antigo, de Eduardo Navarro (2005)” (SANTOS, 2015, p. 461).

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE REVITALIZAÇÃO/RETOMADA DO *PATXOHÃ* ENTRE OS PATAXÓ DE CUMURUXATIBA

- Políticas Linguísticas de Revitalização do *Patxohã* na Escola;
- Metodologias no ensino do *Patxôhã* nas escolas;
- Construindo redes: agentes não-escolares nas políticas linguísticas de revitalização do *Patxôhã*.



Fappet Mângute Pataxó (caderno de receitas da cultura alimentar Pataxó)

ANGU UPÚ KĀBARÁ

Angú de caranguejo

Ingredientes:

- Farinha de mandioca;
- Caranguejo;
- Água;
- Sal a gosto.

Modo de fazer:

Cozinhe o caranguejo com água e sal. Depois de cozido separe o caldo do caranguejo. Adicione farinha ao caldo, sendo duas porções do caldo para cada porção de farinha. Está pronto o angú. Pode servir com molho de pimenta e limão.



Este espaço é para que outras receitas possam ser anotadas e assim continuarmos experimentando, revitalizando e socializando com os membros das outras comunidades Pataxó e da Educação Escolar Indígena.

Nome da receita

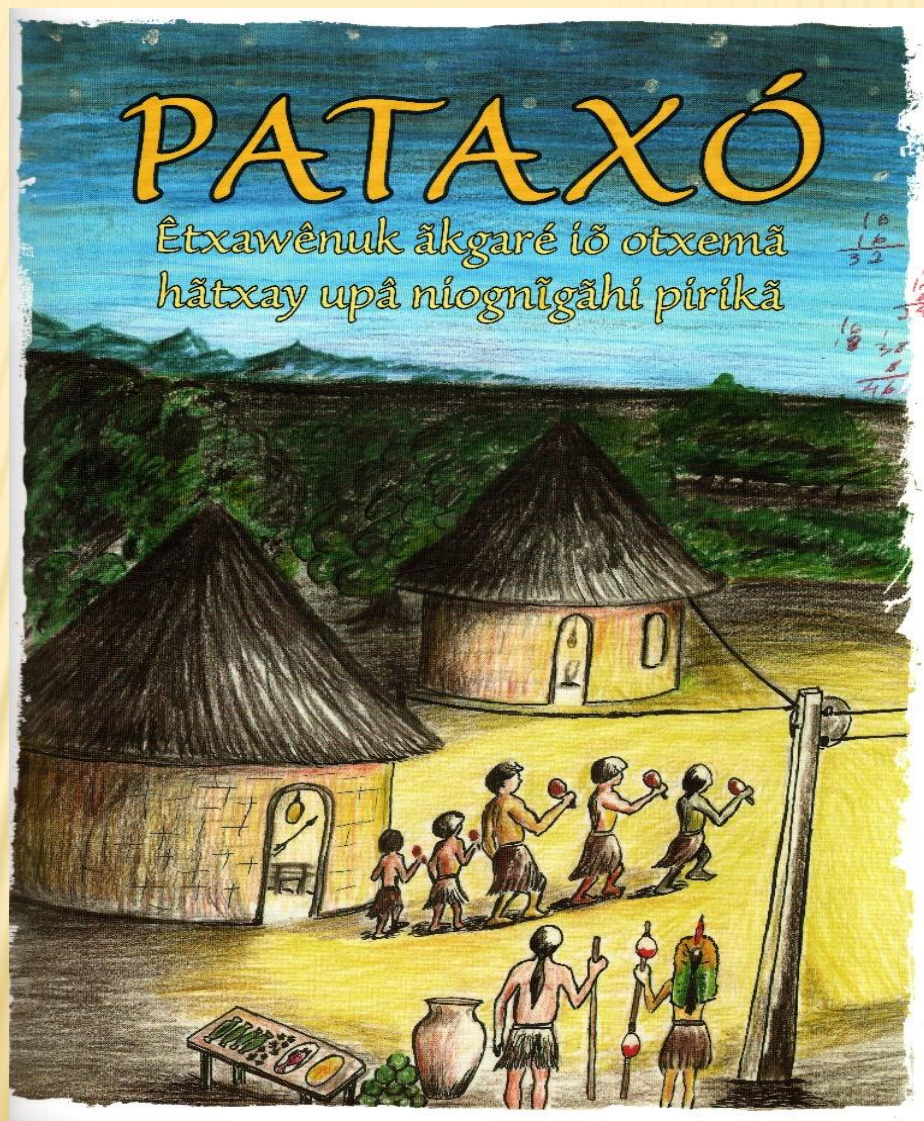
.....

Ingredientes:

Modo de fazer:



Capa do livro Pataxó: orientações sobre o uso correto de energia elétrica



Cartaz de divulgação do grupo *Mipây'ré Pâx Suniatá'xó*



Resistência

Ãksug irek txepây niomakâ Irek
Txepây âpuâng petaniâng anehõ
Iẽ cumurukairé, cumurukairé okxay
Iẽ napinotô hãhã
Iẽ cumurukairé, cumurukairé hotehõ
Ãhõ tokêrê ãgxôhã

Como recomeçar se o clima no ar é de destruição?
Como acontecer e fazer valer o que garante a Constituição?
Olho para os parentes que está triste e cabisbaixo pela humilhação.
Olho para as crianças esperando um sorriso, mas só há desilusão.

Direito onde está?
Justiça onde está? Esperança cadê você?

Ah, presidente, presidente, demarque a nossa terra.
Ah, presidente, presidente, nós não queremos guerra.

Cena do curta “Puhuy”



Referências

CESAR, América Lúcia Silva; MAHER, Terezinha Machado. Políticas Linguísticas e Políticas de Identidade em Contexto Indígena – uma introdução. In.: **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. (57.3), set./dez. 2018, p. 1297-1312 (Apresentação).

SANTOS, Clara Carolina Souza. A Língua Tupinambá em Questão. In.: **Fólio – Revista de Letras**. Vitória da Conquista-BA: v. 7, n. 2, Jul./Dez., 2015, p. 449-466.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Políticas Linguísticas de Revitalização entre os Pataxó do Território Kaí-Pequi**. Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ, 2019 (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas).